RESENHA

ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. Autogestão na Sala de aula: as assembleias escolares. São Paulo: Summus, 2015, 112 p. (Coleção Novas Arquiteturas Pedagógicas - volume 4).

Monica Roberta Devai Dias[1], Adriana Aparecida de Lima Terçariol[2]

[1]Doutoranda do Programa de Doutorado da Universidade Nove de Julho - UNINOVE. Docente na rede pública do município de Santo André, gestora de Unidade de Ensino. E-mail: monicaejricardo@uol.com.br
[2]Pós Doutoranda na Universidade Aberta - Portugal junto ao Departamento de Educação e Ensino a Distância. Doutora em Educação e Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Docente da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, SP

Professor Titular da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (USP Leste), é Presidente da PAN-PBL: *Association of Problem-Based Learning and Active Learning Methodologies*. Na Universidade de São Paulo é Coordenador Científico do Núcleo de Pesquisas em Novas Arquiteturas Pedagógicas (NAP) e Coordenador do Núcleo de Apoio Cultural, Social e Educacional (NASCE). Desde 2012 é membro do *Editorial Board do Journal of Moral Education*, e desde 2013 é membro do *Executive Board da Association for Moral Education*. No Brasil, coordena a Coleção Novas Arquiteturas Pedagógicas, publicada pela Editora Summus.

A compreensão reducionista do conceito da condição de cidadão no exercício de seus direitos no âmbito social e político, como impostos pelas teorias neoliberais e colonizadoras, nega a pluralidade que cada sujeito constrói com seu meio social. É necessário entender o papel de cidadão sob uma ótica mais humanizada com relevância aos aspectos como um todo (físicos, psíquicos, cognitivos e culturais), aspectos esses que compõem a integridade do ser humano tornando-o protagonista da construção da real democracia. Esta obra é uma releitura de uma publicação do ano de 2004 e atualizada para contemporaneidade.

Este parágrafo inicial do livro "Autogestão na sala de aula: as assembleias escolares", de autoria de Ulisses F. Araújo evidencia a intencionalidade do autor com a implementação das assembleias escolares nos segmentos internos e externos da escola. O autor faz uma crítica aos moldes das escolas atuais, que apenas preocupam-se em ensinar disciplinas básicas exigidas pelo currículo formal e obliteram as questões de formação ética e moral das futuras gerações. Como objetivo central, o autor expressa a ideia de trabalho educativo que permeia os conflitos diários como matéria-prima, pois, dessa forma, entende que contribuirá para a construção de alicerces culturais tão necessários a formação integral de cidadão.

No primeiro capítulo "Democracia, resolução de conflitos e assembleias escolares", Araújo faz um resgate do emprego da palavra "democracia", seu significado e sua aplicabilidade entre docentes e estudantes. A ideia de democracia não se limita a pontos de vistas iguais, pois isso neutralizaria o direito da diferença, da diversidade e do pensamento divergente que são princípios que formam a sustentação das assembleias escolares. O ambiente escolar é o espaço onde temos a oportunidade de inserir essa vertente de cidadania, pois a cada participante da comunidade escolar é conferido responsabilidades e deveres para o cumprimento das regras e normas sociais.

Deve haver respeito mútuo entre docentes e discentes sem abuso de autoridade. Muitos são os conceitos de cidadania, mas o autor defende que há um sentido mais amplo e não só como atendimento às necessidades sociais, mas sim às possibilidades para ampliar as participações políticas e públicas, desenvolvendo as condições físicas, psíquicas, cognitivas, ideológicas e culturais tão necessárias para um modo de vida saudável. Com isso será possível construir personalidades morais de cidadãos que pensem no bem-estar coletivo.

Ainda no primeiro capítulo, para atingir seus objetivos, o autor apresenta propostas educativas que permeiam a resolução de conflitos e de problemas diários. Mas, quando pensamos em resolução de conflitos, logo vem em nossa mente a questão permanente de oposição, desacordo ou luta entre pessoas ou coisas, pois nossa tradição ocidental atribui um caráter negativo, dicotomizando a maneira correta de compreender as relações humanas. No entanto, o autor diz que o conflito é uma parte natural da vida e isso já seria suficiente para torná-lo um importante tema de estudo.

As diferenças e semelhanças entre os seres humanos nos movem a buscar alternativas e reflexões sobre nós, e o conflito torna-se fator de suma importância. Os educadores jamais deveriam condenar ou reprimir, e sim desenvolver projetos educativos para a construção de momentos dialógicos no ambiente escolar. O autor, citando Schnitman (2000), ressalta que os modelos arbitrários tradicionais para resolução de conflitos não funcionam, e que hoje existem novos paradigmas para solucionar problemas, como práticas discursivas e simbólicas que promovem diálogos transformativos, que seria o trabalho das assembleias escolares.

No segundo capítulo "Como implementar e desenvolver as assembleias escolares", o autor cita escolas pelo mundo que adotam o regime de administração democrática como a escola *Summerhill* na Inglaterra e a escola da Ponte em Portugal. O autor menciona que no Brasil existem inúmeras escolas, tanto da rede pública quanto da rede privada, que possuem essa experiência consolidada: Escola Municipal Francisco Cardona, Escola Comunitária de Campinas, Desembargador Amorim Lima, Presidente Campos Salles e Chácara Sonho Azul representando o segmento de escolas públicas; e a Escola da Vila, Lumiar, Porto Seguro, Politeia, Teia Multicultural, Nossa Senhora das Graças e Viver representando o segmento de escola privadas.

Ainda no segundo capítulo são apresentados os quatro níveis que compõem as assembleias escolares que são: sala de aula; na escola; para os profissionais que atuam no espaço escolar e para as relações entre escola e comunidade (por meio de fóruns) e a forma de organizar cada uma. Estabelecer a sistematização da periodicidade, assim como assuntos relacionados aos eixos norteadores, são pontos imprescindíveis para manter aquecidos os debates e cumprimento dos objetivos estabelecidos. Como sugestão de pauta, o autor indica a criação de dois blocos de conteúdo: EU CRITICO e EU FELICITO, sendo que essa construção deve ser coletiva, levando em conta sempre o grau de importância, estabelecendo uma hierarquia nos assuntos tratados.

O terceiro capítulo "Dando voz aos sujeitos das assembleias" é dedicado às experiências e dados de pesquisas que demonstram em resultados as construções de valores morais. O autor ressalta que, mesmo a despeito dos dados cotejados que não permitem pontos de vista conclusivos, entende-se que as assembleias escolares, na promoção de relações dialógicas, valores e ética, corroboram com a educação libertária e com as relações interpessoais na comunidade escolar e no desenvolvimento dos alunos. Com base no estudo teórico/prático exposto a cima, é possível ressaltar algumas vertentes das assembleias escolares enquanto exercício de exercer a democracia no ambiente escolar. Dentre eles a relevância de oportunizar espaços pedagógicos que promovam a troca de experimentações e decisões coletivas e o ensejo na construção da autonomia cidadã dos educandos.

Averiguamos através dessa leitura que as assembleias escolares proporcionam melhores condições na qualidade e nas relações com os pares no meio escolar. O âmbito da relação dialógica que as assembleias escolares propiciam auxilia nas resoluções de conflitos e na busca de possibilidades como forma de aprender a respeitar pontos de vistas diferentes. Esse processo de ação democrática tem um papel fundamental no exercício dos princípios igualitários que propiciam um contexto de conhecimento e socialização, onde os educandos expressam-se de forma segura para discordar e compartilhar pontos de vista. Outro importante aspecto citado é o fato das assembleias conceberem espaços de práticas inclusivas, pois promovem características da diversidade existentes no contexto escolar.

Analisando criticamente, o autor postula que é na conjuntura das assembleias que o educando pratica a ação/reflexão/ação junto aos seus pares, de modo a contribuir baseado em valores como cooperação e interdependência. Um fator positivo do livro é a afirmação da relevância da interdependência. Uma educação constituída em princípios democráticos promoveria experiências que desenvolveriam no

educando capacidades para que este possa desempenhar o papel de protagonista. A função básica de uma assembleia seria a de atribuir voz e vez a todos os inseridos no processo educativo. Esse trabalho oportuniza aos indivíduos o conhecimento e práticas de princípios éticos que fundamentam as relações humanas saudáveis e sem violência, e concomitantemente preparam os sujeitos para lidarem com os conflitos oriundos do mundo.

Além disso, representam uma oportunidade de aproximação do aluno com o professor, para juntos discutirem, em sala de aula, as questões de ética e de corresponsabilidade de ambos. Dessa maneira, um dos grandes desafios contemporâneos da escola é a construção de uma educação democrática, que promova práticas que englobem as mais diversas interações cotidianas, e que melhorem as condições de convivência e aprendizagem em sua rotina.

Em suma, esta obra representa um norteador de como formar sujeitos éticos e de competência para exercer, de fato, a tão sonhada cidadania que poderá abrir caminhos para grandes conquistas. É uma leitura agradável, que compartilha experiências e vivências de práticas que corroboram com a instauração de assembleias escolares na busca da construção de valores éticos nas relações humanas, portanto de essencial leitura a todos os docentes.

Recebido para publicação em: 06/06/2017
Revisado em: 06/07/2018
Aceito em: 17/09/2018